



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº

197

3

ACÓRDÃO



03571282

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0042344-89.2006.8.26.0000, da Comarca de São José do Rio Preto, em que é apelante ESPÓLIO DE JOÃO APARECIDO DUENHAS (JUSTIÇA GRATUITA) sendo apelado RYAN SILVA GIL (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA).

ACORDAM, em 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "NÃO CONHECERAM, COM DETERMINAÇÃO. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MELLO PINTO (Presidente) e CESAR LACERDA.

São Paulo, 07 de junho de 2011.

JÚLIO VIDAL
RELATOR

197

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
APELAÇÃO SEM REVISÃO
N.º 0042344-89.2006.8.26.0000
28ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Comarca: **Fórum de São José do Rio Preto – 3ª V.CÍVEL**
Processo n.º: **999/03**
Apelante: **ESPÓLIO DE JOÃO APARECIDO DUENHAS**
Apelado: **RYAN SILVA GIL**

VOTO N.º 16.171

COMPETÊNCIA PREFERENCIAL. Ação de reparação de danos materiais por ato ilícito movida pelo filho. Morte do pai em acidente de trânsito. *Dano reflexo O efeito jurídico descrito na petição inicial, guarda consonância com o dano reflexo, indireto ou em ricochete, onde pessoas afetadas pela morte da vítima, a despeito de estranhas à relação jurídica advinda do acidente de trânsito, vinculam-se, por liame natural, afetivo ou econômico, à pessoa diretamente atingida pelo infortúnio. Trata-se, portanto, de responsabilidade civil extracontratual por danos reflexamente causados a terceiros, matéria inserida na competência preferencial da 1ª à 10ª Câmaras de Direito Privado. Exegese da Resolução 194/04 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça. Recurso não conhecido. Remessa determinada.*

Vistos.

Cuida-se de ação de reparação de danos materiais por ato ilícito, ajuizada por **RYAN SILVA GIL** em face de **ESPÓLIO DE JOÃO APARECIDO DUENHAS**, julgada parcialmente procedente na r. sentença de fls. 121/132, condenando o requerido a pagar ao autor pensão mensal equivalente a sentena por cento do salário mínimo até que o autor complete vinte e cinco anos de idade; e ao valor correspondente a duzentos salários mínimos vigentes à época do pagamento, devidos a título de indenização por danos morais, a ser apurado quando da liquidação da sentença. Pagará o vencido as custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios fixados em 12% sobre o valor da liquidação, observada a gratuidade da justiça deferida.

Inconformado apela o espólio (fls. 135/152), sustentando a incorreção do julgado nos termos que expôs a culpa concorrente, pois o veículo conduzido pelo pai do apelado

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
APELAÇÃO SEM REVISÃO
N.º 0042344-89.2006.8.26.0000
28ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

transitava em velocidade excessiva. O de cujus não deixou bens e os poucos recursos que os pais poderiam contar após o falecimento foi rateado em três partes. A condenação deve limitar ao espólio, não podendo atingir bens pessoais dos ascendentes do de cujus, deve-se aplicar o artigo 1.792 do Código Civil. Requer a redução dos danos morais.

Anota-se que o recurso é tempestivo, foi recebido, processado e contrariado (fls. 157/160).

É o relatório.

De ofício, não se conhece do recurso, determinando-se a remessa dos autos para redistribuição a uma das Câmaras entre a 1ª e a 10ª da Seção de Direito Privado.

O efeito jurídico descrito na petição inicial (fls. 02/10), guarda consonância com o dano reflexo, indireto ou em ricochete, onde pessoas afetadas pela morte da vítima, a despeito de estranhas à relação jurídica advinda do acidente de trânsito, vinculam-se, por liame natural, afetivo ou econômico, à pessoa diretamente atingida pelo infortúnio.

Trata-se, portanto, de responsabilidade civil extracontratual por danos reflexamente causados a terceiros.

Por seu turno, a responsabilidade civil extracontratual está inserida na competência preferencial da 1ª à 10ª Câmaras de Direito Privado, nos termos da Resolução 194/04 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

Diante do exposto, não se conhece do recurso, determinando-se a remessa dos autos para redistribuição a uma das Câmaras entre a 1ª e a 10ª da Seção de Direito Privado.


Júlio Vidal
Relator